

Dívida externa: a mudança na postura dos credores

As posições adotadas pelos representantes brasileiros na última reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada em Seul, na Coréia, foram criticadas em alguns círculos como tendo sido desastradas ou mesmo perturbadoras, pela insistência na necessidade de manter a economia do País em crescimento a taxas socialmente aceitáveis e de negociar a dívida de forma soberana.

Essa atitude, segundo alguns, só deveria concorrer para dificultar o relacionamento do governo brasileiro com os credores e com o FMI, criando um ambiente de má vontade que tornaria a conclusão de um acordo muito problemática. Chegou-se mesmo a afirmar que o Brasil entraria em rota de colisão com os bancos internacionais, que certamente dariam ao País um tratamento semelhante ao dispensado à Argentina no primeiro ano do governo do presidente Raúl Alfonsín.

Essas observações deixaram de levar em conta a mudança de substância ocorrida na postura dos países industrializados, parti-

cularmente os Estados Unidos, na reunião de Seul. Há hoje um reconhecimento generalizado de que a recessão não é, de forma alguma, o caminho adequado para reordenar as economias dos países em desenvolvimento. O secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, defendeu explicitamente a tese de que é preciso dar condições para que os países endividados possam desenvolver-se como exigem as suas populações. E o próprio diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, viu-se compelido a afirmar que também julgava importante o crescimento dos países endividados, embora tenha ressalvado, contrariamente à evidência dos fatos, que os programas de ajustamento preconizados pela instituição não acarretavam estagnação econômica.

Tudo isso, na opinião de alguns, não passava de retórica. O secretário James Baker chegou a oferecer-se para fazer gestões para que os bancos internacionais concedessem dinheiro novo aos endividados, mas nem essa atitude inusitada por parte do governo americano convenceu os críticos

de uma políticaativa com relação à negociação externa. Os bancos credores, dizia-se, não cederiam à pressão de Washington, que, afinal, não tem poderes absolutos como o governo brasileiro para comandar o seu sistema bancário.

Não tem vindo à tona, porém, nenhum fato que comprove a alegada má vontade por parte dos bancos internacionais para com o Brasil. A impressão que se tem é de que se verifica o contrário. Ainda nesta semana, o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, ao retornar da reunião de Seul, da qual participou como observador, disse estar convencido de que nunca houve um momento tão favorável como agora para uma renegociação da dívida com o Comitê de Bancos, considerando que o governo americano deu um significativo empurrão para que os entendimentos cheguem a bom termo.

Como observou Langoni, diante do fracasso do acordo com o México e da possibilidade de alguns devedores optarem por uma solução como a adotada pelo go-

verno do Peru, "os Estados Unidos preferiram agir". Em vista disso, deixou de ser impensável — como há alguns meses — o aumento de empréstimos dos bancos a países endividados na proporção de 4%, ou seja, à taxa média da inflação mundial, não aumentando a dívida em termos reais. Na realidade, a "exposure" dos bancos internacionais com relação a esses países diminuiria, uma vez que o seu capital vem sendo elevado 10% todos os anos.

E claro que a concessão de dinheiro novo não constitui, por si só, uma solução para o problema da dívida externa. Este é apenas um dos itens de uma ampla negociação, envolvendo o reescalonamento das parcelas do principal, taxas de juros, "spreads", etc. Mas tudo leva a crer que a conclusão de acordos satisfatórios para devedores e credores encontra hoje menos obstáculos do que em qualquer outro momento desde a eclosão da crise da dívida, no final de 1982. Isso porque os credores se aperceberam dos riscos da intransigência.